

20506
no 3768 R.M.F.E.

REG.
13

Direito à informação

MARÇO 1968

EDITORIAL

D.I. publica-se há quase cinco anos. Como qualquer jornal, tem de renovar-se. A imprensa clandestina não se pode dispensar de um esforço para superar a sua precária condição, afim de cumprir melhor a tarefa que lhe está confiada: informar, despertar, consciencializar; lutar contra o conformismo, o desânimo, a alienação em que vive mergulhado o povo português.

Por isso, D.I. muda de formato e altera a paginação. Mas não apenas: o reforço das equipas de trabalho vai permitir aumentar a frequência, melhorar o conteúdo, ampliar a distribuição. A tal nos propomos agora, tendo em vista os objectivos prosseguidos desde o início:
- prestar um serviço útil (ainda que muito limitado) no campo da informação, abrindo brechas no muro do silêncio que vem sufocando desde há quase meio século várias gerações de portugueses;
- através desse serviço, ser uma presença cristã na luta pela verdade dos factos contra a prepotência de uma censura imoral, activa ou passivamente apoiada por largos sectores da Igreja.

Desde 1963, com escassez de meios humanos e materiais, publicaram-se 12 números, distribuídos por várias zonas do país, cobrindo diferentes meios. Através deles se pôde lançar uma luz diferente (e bem mais verdadeira) sobre alguns problemas que atingem duramente o povo português ou sobre certos acontecimentos que directamente nos dizem respeito e que, por isso mesmo, mais deformados ou silenciados têm sido pela censura. Assim:

Os crimes da guerra colonial (nºs 1 e 3); a miséria imerecida do povo em Portugal (nº 2); o silêncio forçado sobre a viagem de Paulo VI a Bombaim (nº 4); a luta estudantil por uma Universidade livre (nº 5); os sórdidos mecanismos da censura (nº 6); as eleições de 1965 e os compromissos da Igreja com o regime (nºs 7 e 8); a cumplicidade oficial no assassinio de Humberto Delgado (nº 9); as humilhações em Macau escondidas aos portugueses (nº 10); os silêncios do Papa em Fátima (nº 11); a resistência cristã à opressão em Espanha (nº 12).

Responsáveis pelo jornal, depende sobretudo de nós o trabalho de renovação que agora se inicia. A tiragem, ultimamente de 3.000 exemplares, passa com este número para 4.000; novas modalidades terão de ser utilizadas para fazer passar uma parte da distribuição através do correio (por vezes têm-se verificado apreensões substanciais). Mas o esforço a que nos entregamos, o risco a que nos expomos, os encargos que temos suportado, exigem uma contrapartida por parte dos nossos leitores e amigos.

TEMOS DIREITO A PEDIR A CADA UM UM ESFORÇO PELO AUMENTO DA DIFUSÃO DE D.I.
QUE NINGUÉM O GUARDE PARA SI.
QUE NINGUÉM DEIXE DE DISTRIBUIR OS EXEMPLARES QUE RECEBE.

Que cada número seja lido por dez, vinte, trinta pessoas. Que seja passado de mão em mão nos escritórios, nas escolas, nas oficinas, nas paróquias, nas repartições públicas. Que D.I. seja referido, comentado, divulgado.

A EQUIPE DE D.I. VAI, PORTANTO, REDOBRAR O SEU ESFORÇO.
A CADA UM DOS NOSSOS AMIGOS CUMPRE FAZER O MESMO.



C.H.

A GUINÉ QUE NÃO NOS DEIXAM CONHECER

Já em números anteriores D.I. se referiu ao "problema crucial para a consciência dos portugueses que é a Guerra em África" e ainda "ao dever que cabe a todos, não só aos militares, de tentar fazer um juízo tanto quanto possível consciente e livre sobre este problema".

Na altura em que D.I. publicou estas palavras, começava a guerra na Guiné - já lá vão cinco anos. De então para cá, as possibilidades objectivas de informação não aumentaram.

O facto de todos estes problemas e de outros, igualmente importantes para o nosso país, terem de ser ignorados ou debatidos dum modo clandestino dão-nos a amarga sensação de viver num país ocupado.

No caso concreto da Guiné, o optimismo dos boletins militares, que então referimos, mantém-se.

A recente viagem presidencial, que parte da imprensa de vários países (U.S.A., Inglaterra, Espanha, Itália...), eco da portuguesa, apresentou como uma demonstração flagrante da "unidade de todos os portugueses brancos, pretos e mestiços" e do "portuguesismo das gentes da Guiné e Cabo Verde" é mais um exemplo de como a "meia verdade" é uma forma eficaz de enganar quem está ignorante das situações concretas que se pretende ocultar.

Frases como as seguintes: "que Amílcar Cabral venha onde o Presidente foi, sem escolta armada, apenas protegido pelas populações" e "o Presidente visita o interior", fazem-nos surgir interrogações que só a falta de liberdade de expressão nos não permite trazer para a imprensa diária:

- onde e como se deslocou o Presidente sem escolta?
- porque visitou somente cidades do interior que estão na pequena zona controlada pelos militares portugueses?
- de que meios de transporte se serviu para as alcançar?

Mais grave ainda se nos afigura a afirmação: "estarei na Guiné para correr, com os que lá se batem, os mesmos riscos a que um Chefe de Estado não deve subtrair-se".

A imprensa continua a apesenatr todos os que lutem contra o colonialismo português como "bandoleiros", "terroristas", "criminosos", "desaustinaados", "trastes"...

Serão esses os nomes que merecem os homens que decidiram lutar pela independência do seu povo? Serão eles estranhos à população, "vindos do exterior" como tem sido repetido tanta vez?

Como se organizou o P A I G C (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde)?

Como encara o partido o problema do trabalho, da educação, do racismo, da posição da mulher na sociedade?

D.I. pretende com este número dar uma ideia mais verdadeira daqueles que nos são constantemente apontados como inimigos e, sobretudo, ser um estímulo na procura da realidade, para todos aqueles que como portugueses sentem a responsabilidade directa que nos cabe nesta zona do mundo que é a Guiné.

"MAIS DO QUE SER CONTRA O GOVERNO, CONTINUAMOS APENAS INTERESSADOS

EM SER PELA VERDADE" (do Editorial do nº6 de D.I.)

1 - A GUINÉ

1.1 - RECURSOS HUMANOS

A Guiné portuguesa, situada entre o Senegal e a República da Guiné, tem uma superfície de 36.125 km². A sua população, avaliada em 508.970 habitantes, é composta por diversos grupos étnicos. Entre os numericamente mais importantes, encontram-se:

Balantas.....	160.296	Mandingas.....	63.750	Bijagós.....	10.332
Fulas.....	108.406	Papeis.....	36.341	Felupes.....	8.167
Manjacos.....	71.712	Mancanhas.....	16.306		

Estes números referem-se ao censo de 1950, visto os dados de 1960 ainda não estarem publicados. Os dados demográficos sobre as populações africanas são muito escassos, sendo a sua recolha correcta extremamente difícil.

Estes grupos dividem-se em dois grandes grupos de características económicas, sociais e religiosas muito diferentes: islamizados e animistas. Estes grupos são anteriores à colonização.

Islamizados:

São cerca de 30% e pertencem, na quase totalidade, aos grupos Fula e Mandinga.

As diferenças sociais são já muito acentuadas - existe uma aristocracia Fula.

Utilizam o alfabeto árabe.

Os Fulas, que na sua origem eram pastores nómadas, hoje são sedentários. A organização social é baseada na existência de chefes, descendentes de grandes famílias aristocratas. Os chefes podem distribuir desigualmente a terra entre os cultivadores, enquanto que os pobres possuem as suas próprias terras familiares.

Animistas:

São cerca de 70%. Caracteriza-os a ausência de qualquer organização de estado. Com excepção dos Manjacos, não têm chefes, a organização social é baseada nos grupos de idade: o "homem grande", ou velho, goza dum respeito particular.

Não têm língua escrita.

Contrariamente ao que sucede nos grupos islamizados, a mulher goza duma relativa liberdade.

A densidade de população é muito elevada; se descontarmos as áreas inabitáveis, o número de pessoas por km² é de 18,8, sendo muito superior ao de Angola (3,2) e ao de Moçambique (7,4).

Quanto à população branca, a sua densidade é de 7 habitantes em cada 100 km².

A língua comum usada por grande parte da população, sobretudo urbana, é o crioulo (português africanizado). A percentagem de analfabetos é cerca de 99%.

1.2 - SITUAÇÃO ECONÓMICA

As principais produções são: o arroz, que é destinado em grande parte ao consumo interno; o amendoim, de que depende o comércio externo - 60% dos lucros do comércio externo provém do amendoim, cuja cultura foi no início imposta pelos portugueses. São ainda exportados: óleo de palma, arroz e madeira.

Os povos que desempenham um papel essencial na produção são os Balantas, Fulas, Mandingas e Manjacos, sendo os Balantas os melhores cultivadores do arroz. As superfícies cultivadas atingem 13,5% do território, ou seja apenas 40% da área cultivável.

Na Guiné não houve, contrariamente ao que se passou em Angola e Moçambique, colonização de povoamento e o trabalho forçado foi muito reduzido. A indústria é quase inexistente, limita-se a uma dezena de fábricas de pouca importância. A economia guineense encontra-se na sua maior parte nas mãos da CUF (Casa Silva Gouveia) e do Banco Nac. Ultramarino. A CUF controla quase todo o comércio externo. Tem associações de interesses com a Alemanha Ocidental, França e USA. Outra grande empresa implantada na Guiné é a Petrofina - ligada à SAÇOR e ao BNU.

Também contrariamente ao que acontece em Angola e Moçambique, os grandes monopólios são nacionais: a Guiné é mesmo uma exploração colonial portuguesa, sendo ainda Portugal o mercado obrigatório dos seus produtos.

2 - UM POVO EM LUTA

2.1 - P.A.I.G.C.

O PAIGC foi fundado na clandestinidade em Bissau - Setembro de 1956. Nessa altura, só alguns dos 8.000 "assimilados" que a Guiné tinha eram sensíveis a uma re-africanização e à ideia de uma independência nacional. Eram na sua quase totalidade elementos que estudavam ou tinham estudado em Portugal. O aparecimento da PIDE na Guiné, em 1957, obriga o partido clandestino a um cuidado extremo na sua acção: Pouco a pouco vai-se popularizando junto das massas urbanas a ideia de independência e duma luta comum com Cabo Verde.

Em Agosto de 1959, uma greve no porto de Pidgiguiti é reprimida pela tropa que causa 50 mortos. Nessa altura formam-se em Bissau pequenos grupos nacionalistas, decide-se preparar as condições para uma luta armada e fazer incidir o máximo do esforço na mobilização dos camponeses.

Em 1961, o PAIGC continua a preparar minuciosamente as condições políticas para a luta armada. Em fins de 1962, antes do aniversário do massacre de Pidgiguiti, são prosas em Bissau cerca de 2.000 pessoas. Em Setembro do mesmo ano, depois duma conferência que se realiza em Conakry, na vizinha República da Guiné, o Partido decide começar a luta armada custe o que custar. Assim, em Janeiro de 1963, começam no sul as guerrilhas.

Em Fevereiro de 1964, o congresso do Partido realiza-se no mato. Finalmente em 1965, as zonas que são controladas pelo PAIGC representam cerca de metade do país.

Em todo o território a estrutura de base é a seguinte: comité de "tabanca" (aldeia) formado e eleito pelos aldeões; comité de zona, a que pertencem os representantes das tabancas; comité de região (o território está dividido em 7 regiões ao norte e 6 ao sul) e, por fim, o comité interregional dirigido pelo Partido.

As dificuldades encontradas pelo PAIGC desde o início da luta têm sido numerosas: umas provêm das contradições nascidas das estruturas patriarcais e tribais (o problema dos chefes), outras da existência de factores mágico-religiosos que, no entanto, estão a desaparecer e outras ainda do baixo nível das forças produtivas (ignorância, ritmo de trabalho muito lento).

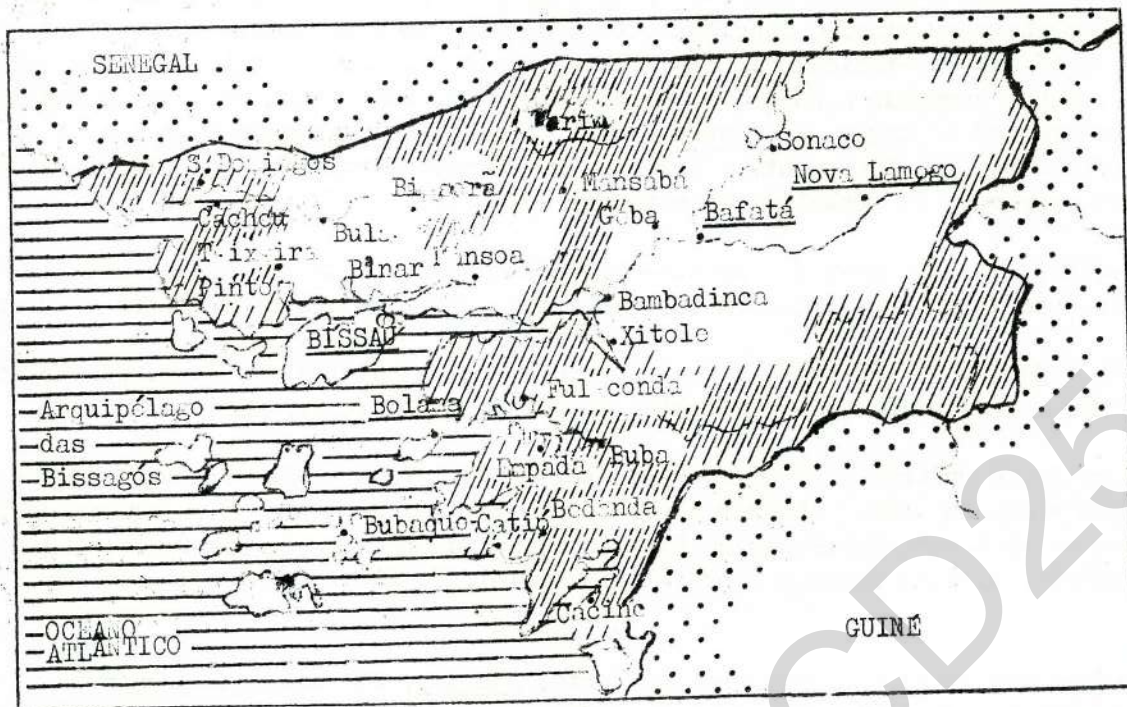
Dum modo geral, os camponeses mostraram-se reservados no início da luta. A terra é abundante, o que permite uma economia de subsistência - fora das zonas de plantação, com mão de obra assalariada, não existe o problema da reforma agrária. Desde o início que se nota uma adesão muito maior da parte dos animistas. Os Balantas, grupo étnico mais numeroso da Guiné (30% do total) e o mais representativo entre os animistas, foram os que mais cedo aderiram à luta. Isto explica-se em parte pelo seguinte: a administração colonial tinha-lhes imposto chefes muçulmanos que os exploravam duplamente; contrariamente aos Fulas e Mandingas que viviam do comércio e mais exactamente do tráfico com o Senegal, os Balantas, que eram unicamente agricultores, sofriam por isso uma exploração total quando a administração colonial vinha receber o imposto. Contribui ainda o facto da bravura ser uma virtude muito apreciada neste grupo: um roubo tem tanto mais valor quanto mais perigosas forem as condições em que ele se realizou.

Aderiram também à luta: os pequenos proprietários rurais (chamados ponteiros); os assalariados, que não formam uma classe operária no sentido clássico do termo (A categoria mais combativa foi recrutada entre os assalariados do porto de Bissau e transportes fluviais); um grupo minoritário da pequena burguesia urbana; e a juventude urbana, onde foram recrutados os quadros médios do PAIGC.

Por outro lado, encontrou-se uma nítida resistência de adesão nos Fulas, onde o domínio dos chefes, totalmente devotados ao colonialismo português, é grande. Os grandes chefes Fulas e Mandingas e as grandes famílias senhoriais Fulas colocaram-se do lado colonialista, o mesmo acontecendo a um grupo minoritário da pequena burguesia urbana, que a guerra enriquece devido ao auxílio concreto que fornece à PIDE, e a um tipo de proletariado que provém do êxodo rural e onde a PIDE encontra alguns elementos.

O secretário geral do PAIGC é Amílcar Cabral, natural de Cabo Verde, engenheiro agrónomo formado pelo Instituto Superior de Agronomia de Lisboa (e de quem certamente alguns leitores de D.I. se recordarão como colegas). Tendo trabalhado como engenheiro em Bissau até 1960, foi em torno de Amílcar Cabral que o Partido se formou em 1956.

2.2 - SITUACÃO MILITAR



□ ZONAS CONTROLADAS PELOS PORTUGUESES

▨ ZONAS CONTROLADAS PELO P.A.I.G.C.

- NOTAS:**
- 1 - Dentro das zonas controladas pelo PAIGC, as tropas portuguesas mantêm-se nos principais centros populacionais.
 - 2 - O Presidente Américo Tomás deslocou-se, durante a sua visita à Guiné, às cidades de BISSAU, BOLAMA, BAFATÁ, NOVA LAMEGO e BUBAQUE, situadas na zona controlada pelas tropas portuguesas.

"O Chefe de Estado e a sua comitiva deslocaram-se onde desejaram, percorreram o território em várias direcções, e mesmo quase até à fronteira, sempre sem o menos contratempo e obstáculo.

Primeira conclusão a tirar: os terroristas não dominam nem controlam qualquer área da província da Guiné, nem constituem embaraço ao movimento livre de civis e de autoridades".

FRANCO NOGUEIRA, Conferência de imprensa de 12 de Março de 1968

2.3 - O ESFORÇO DE EDUCAÇÃO

Desde os primeiros tempos que o PAIGC tem dedicado grande atenção ao problema da educação.

Já antes da luta armada se tinham criado escolas clandestinas, nas quais, além de se ministrarem as primeiras letras, se procurava criar uma consciência nacionalista e revolucionária. A luta contra a ignorância tem-se mantido apesar de todas as dificuldades resultantes da mobilização de quase todos os quadros nas actividades mais directamente ligadas à acção política e militar. A tarefa é árdua, dado o analfabetismo de quase toda a população da Guiné. As raras pessoas que podem estudar para além do ensino primário não chegam a representar 0,3% da população. No entanto, os progressos efectuados até agora são a garantia de que é possível levar a bom termo "a grande batalha da educação do povo".

Em 1965, o Partido dispunha de 60 professores cujas idades variavam entre 15 e 25 anos e que também eram combatentes.

Na grande maioria das escolas, as classes vão desde as primeiras letras até à 3ª classe. A maior frequência dos alunos verifica-se entre as idades dos 10 aos 15.

As necessidades de luta exigem que as escolas estejam intimamente ligadas à guerrilha e à vida. A todo o momento é preciso estar-se preparado para fazer face ao inimigo e aguentar a violência dos bombardeamentos. O funcionamento das aulas em cada escola varia com as condições locais, mas há características que são comuns. Assim, dum modo geral, há aulas todos os dias úteis da semana, variando o número de horas de 4 a 10. Nuns casos as escolas funcionam só de manhã e noutros só de tarde. A frequência dos alunos é organizada por grupos, de modo a que se possa efectuar convenientemente o trabalho de lavoura e cultivo dos campos. As raparigas devem ainda ocupar-se de trabalhos de carácter doméstico.

Uma experiência de tipo novo é a Escola-Piloto de Conakry, que foi criada em Novembro de 1964. Destinada especialmente a crianças feridas, filhos de combatentes e orfãos de guerra.

Em relação à Guiné, um dos problemas mais graves é a grande falta de quadros técnicos. No entanto, também neste campo já alguma coisa de positivo foi feito.

Num comunicado de Outubro de 1966, o PAIGC refere que: "200 professores-combatentes frequentaram cursos tendo em vista melhorar a sua formação e melhor servir a instrução do povo. Foram dados por quadros especializados do Partido cursos de pedagogia, português, matemática, geografia, história, higiene popular e profilaxia social. No final foram seleccionados 160 professores".

O responsável dos problemas escolares do Norte, Anselmo, 23 anos, que terminou os estudos no liceu de Bissau, justifica do seguinte modo o ensino do português: "No primeiro ano, ensinamos em crioulo; depois, como não há ortografia - é uma língua apenas fonética -, passa-se ao português. Nem todos os alunos falam crioulo... Há, portanto, a par do problema de instrução, um problema de língua: conseguir fazer passar do crioulo ao português, ou da língua local ao crioulo e depois ao português. Seria melhor alfabetizar as línguas locais? Tentámos e depois preferimos que o crioulo se torne a língua veicular e que o português seja a língua administrativa. No crioulo há diferenças de nível, pois de facto é o português africanizado. Nas pessoas da cidade, por exemplo, o crioulo é quase português. No campo, quando é falado, é já muito africanizado"(1).

3 - UM PAÍS NOVO QUE SE CONSTRÓI NO MATO

"Responsáveis político-militares chegaram à base de Maké, vindos das zonas vizinhas. São uma quinzena, jovens entre 25 e 30 anos. Vão ter com Amílcar Cabral. É uma reunião de coordenação com os responsáveis, para fazer o balanço dos últimos meses e o programa para a estação das chuvas". Esta reunião foi registada num gravador. Chico, comissário político do Norte, fala:

O PARTIDO

"O trabalho político consiste em fazer conhecer o Partido, em explicar porque existimos, o que queremos. Explicamos o que é o colonialismo; para começar, explicamos que a Guiné não é Portugal, que podemos governar-nos a nós próprios sem que o gado seja roubado pelos portugueses, sem grandes impostos, sem pancada nem medo dos portugueses. Explicamos que o que se passa aqui não cai do céu, já se passou em muitos outros países. É preciso mostrar ao nosso povo que o mundo não acaba nas tabancas. Trata-se de fazer compreender o alcance actual da luta - que não é apenas a da sua tabanca, mas de toda a Guiné. E também não é apenas uma luta nacional, mas internacional, trata-se de fazer tomar consciência de que, para avançar, é preciso que eles próprios garantam a continuidade da luta, que devem encarregar-se do seu destino, resolver os seus problemas ao nível da tabanca, aumentar a produção, mandar os filhos à escola, fazer reuniões frequentes".

"Há também uma formação política a dar aos combatentes. O princípio essencial é que não se devem criar diferenças entre os combatentes e o povo pelo qual se luta. Explicamos-lhes que a nossa luta não é dirigida contra o povo português, nem contra os brancos; que os nossos inimigos são todos aqueles que se opõem à liberdade do nosso país; que há portugueses que são a nosso favor e africanos servilores do colonialismo português; que as nossas armas não vêm de África, mas de países onde as pessoas não têm a pele negra".

(1) - Gérard CHALIAND, Lutte armée en Afrique, ed. F. Maspero. Daqui para diante, as citações serão todas desta obra.

Amílcar Cabral:

"Este ano o Partido faz dez anos. É ainda uma criança o nosso Partido, mas aquilo que fizemos não é nada mau. Organizámos o povo, armámo-nos, vamos vencer os colonialistas que eram mais fortes que nós. O nosso Partido não é um só homem, nem apenas os responsáveis. Há muita gente que pensa que o Partido sou eu, outros que é o Chico ou o Osvaldo. O Partido são todos aqueles que estão conscientes dos objectivos da nossa luta. E há muitos".

"Alguns vêm ver-me e dizem quando regressam que me viram e ficam todos orgulhosos. Mas eu não sou superior a ninguém, a única superioridade aqui é a do trabalho!"

"Numa tabanca, quando dois ou três responsáveis são eleitos, os outros aborrecem-se porque todos queriam ser chefes. Mas o Partido não é um conjunto de chefes, destina-se a servir o povo. O responsável não é superior e se faz mal o seu trabalho substitui-se. O que é o Partido afinal? É o povo. Se um responsável procede mal, é preciso dizê-lo e substituí-lo. Para nós, a opinião do povo é muito importante porque o Partido bate-se pelo povo".

O NEOCOLONIALISMO

"A situação é confusa nesta nossa África; os colonialistas que partiram estão a regressar. Havia muitos povos que tinham esperança de dirigir os seus destinos. Ser senhor do seu destino, não é os ministros serem africanos; o que é preciso é que o nosso trabalho, as nossas riquezas nos pertençam, pertençam ao povo que trabalha para as criar. Há outros, além dos portugueses, que não querem que nós sejamos donos da nossa terra. Não querem que depois da independência sejamos nós que comandemos: querem ser eles a dirigir".

"Durante a tarde, responsáveis das tabancas, trazendo no boné a insígnia do PAIGC, vieram cumprimentar Amílcar Cabral. Alguns conhecem-no, outros ainda não. A maior parte andou cinco a seis horas e vêm falar de problemas da sua tabanca: recolha e distribuição de arroz, de gado".

Amílcar Cabral:

O TRABALHO MAIS IMPORTANTE QUE A GUERRA

"A luta pelas armas é muito importante. Mas o principal é ter consciência da situação do povo. O nosso povo apoia a luta pelas armas. Devemos dar-lhe a certeza que aqueles que pegam nas armas são do povo e que as armas não são superiores aos utensílios de trabalho. Se um tem uma espingarda e outro uma ferramenta, o mais importante é aquele que tem a ferramenta!"

"Os portugueses sabem que uma bomba custa mais caro que a reconstrução de uma tabanca. Quando fazem um bombardeamento destroem às vezes algumas casas, mas isso não impedirá de ganhar e de construir outras tabancas ainda mais belas. A aviação não pode além disso parar o nosso trabalho: se os aviões vêm ao meio dia, cultivamos amanhã, se vêm de manhã, cultivamos à tarde. Não pararemos, podemos mesmo trabalhar de noite. Um povo que caminha, ninguém pode pará-lo. São os portugueses que estão fatigados. Quando começámos esta luta, não tínhamos nada, estávamos de mãos vazias. Agora temos muitas armas e combatentes e a nossa força é o povo que apoia o nosso combate, dá-nos de comer, dá-nos informações e manda os filhos para o nosso exército".

Enquanto Amílcar fala, ouve-se ao longe o barulho dos morteiros...

"É preciso que o povo trabalhe. Um país feliz é aquele em que todos podem trabalhar, pois é o trabalho que nos faz progredir. Todos os homens e mulheres devem saber que o primeiro dever é o trabalho, e também que todos os trabalhadores do nosso país são úteis. Não somente o intelectual ou o engenheiro; as profissões de enfermeiro, de carpinteiro e de mecânico são também importantes. Mas o mais importante para nós é o trabalho da terra. Aquele que produz mais arroz, colabora no progresso".

"Na vila de Djagali... Todos os responsáveis da zona estão presentes e também Osvaldo, Chico, Titina, António Bana, Inocêncio, Amílcar Cabral. A maior parte dos guerrilheiros e combatentes estão lá desde manhã(...) À entrada da floresta, há uma grande clareira com algumas árvores(...) Três mil aldeões, pelo menos, estão presentes(...) Perto de Amílcar, António Bana vai traduzir em mandinga e em balanta o que ele dirá em crioulo":

O PAÍS QUE QUEREMOS CONSTRUIR

"Chegou o momento de acabar com os sofrimentos do colonialismo. Mas devemos também acabar com o atraso do nosso povo. Se lutássemos apenas para expulsar os portugueses, não valia a pena lutar. Combatemos para expulsar os portugueses, mas também para que ninguém mais explore o nosso povo, nem os brancos nem os pretos".

"O país que queremos construir é um país em que se trabalhará. Vocês talvez digam: há muito tempo que trabalhamos e não temos nada. Mas vocês trabalharam para os vossos chefes e para os portugueses. Vamos reconquistar todo o país e trabalhar com força, mas para que o trabalho aproveite ao trabalhador. Lutamos pela justiça: o produto do trabalho não deve ser roubado. Ninguém tem mais valor que um trabalhador a não ser quem trabalhe mais".

"A fase mais dura é amanhã: a construção. O povo terá uma vida nova, mas pelo seu trabalho. Não se trata de combater hoje e descansar em seguida, pois aquilo que esperamos não virá por si".

"Dantes imaginava estar aqui no meio do meu povo, sem receio dos portugueses. Há doze anos, quando era engenheiro em Bissau, vinha ao mato e percorria esta estrada e via o povo fatigado pelo trabalho forçado. Os portugueses faziam tudo o que lhes apetecia; roubavam o arroz, o milho, a mancarra. Roubavam as mulheres, não respeitavam os velhos e batiam nos homens. Sonhava vir um dia a Djagali, estar numa terra livre com homens e mulheres livres e eis que aqui estou em terra libertada e em breve todo o país estará livre. Camaradas: vejo escrito num cartaz "Com o PAIGC seremos felizes". Ninguém deve ser enganado sobre o futuro. Será preciso plantar o arroz e fazer crescer a mancarra, mas a colheita não será no mesmo dia. Ninguém será feliz sem trabalhar. Será preciso cultivar a terra e cuidar do arroz. Não é no mesmo dia que o vamos comer. Alguns dizem que mesmo comer cansa. O importante para isso é ter uma luz e o nosso povo, homens e mulheres, criou essa luz. Que luz? O PAIGC. O caminho do nosso Partido é o caminho do povo. Ninguém enganará mais o nosso povo, que está cansado de ser enganado. Durante muito tempo, os régulos e os portugueses enganaram-nos, é por isso que lutamos pela independência. A independência não é somente expulsar os portugueses, ter uma bandeira e um hino. O povo deve estar certo que ninguém vai roubar o seu trabalho. Que a riqueza do país não irá parar à algibeira de outros. Hoje em dia o povo da Guiné está nu. Tem ainda medo dos rios, da chuva e da floresta. Explicamos-lhe que pelo trabalho o rio ficará ao seu serviço, a floresta domesticada e a chuva será aproveitada. O nosso combate é para que o povo tenha um trabalho que o alimente, o vista, para ter hospitais, para que as crianças tenham escolas. É para isso que o Partido existe".

"O povo deve saber que a riqueza deste país lhe pertence pelo seu trabalho. Queremos também que o povo seja instruído, pois deve saber o que se passa no mundo. Djagali não é toda a Guiné e a Guiné não é toda a terra. O nosso povo deve saber como, longe daqui, os homens trabalham, sofrem e lutam".

"Camaradas, vou dizer-vos uma coisa importante. Dentro de poucos anos, vamos fazer esta tabanca ainda mais bela que antes. Depois da independência, vamos construir Djagali com belas casas, água límpida em cada casa; e teremos luz eléctrica. Os velhos, antes de morrerem, ainda talvez vejam isto. Aquele que não está convencido que fixe bem: isto será verdadeiro porque nós vamos combater para que assim seja. Combatemos para que o resultado seja para o povo, com saúde, bem alimentado e com o espírito aberto. Depois da independência, toda a gente deve saber ler e escrever, pois o povo não deve mais ser enganado como no tempo do colonialismo. Todos comecem a história do camponês que vai entregar ao chefe do posto um papel e a quem este bate. No papel estava escrito: "bata neste imbecil".

Uma clareira. Cerca de 50 raparigas, enfermeiras estagiárias que são também estudantes... Cerca de 40 soldados do FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo), em uniforme de kaki, calçados com sandálias de plástico e armados de metralhadoras... Cerca de 100 guerrilheiros... Amílcar Cabral fala:

CORAGEM,
CAMARADAS!

"Estou contente por ver que as raparigas aqui estão organizadas. O lugar da mulher é a escola, a milícia, as responsabilidades na tabanca. Desejo-vos coragem e saúde para expulsar os portugueses. Podem-se receber medicamentos, armas, etc., mas não há caixotes em que se envie coragem. Isso é conosco. Foi graças à coragem que começámos a luta, mas precisamos ainda de mais para vencer. Amanhã os nossos filhos estarão orgulhosos não só por serem livres, mas também do país novo que criámos. Camaradas, bom trabalho!"

"SAUDAMOS OS REPRESENTANTES DA OPOSIÇÃO PORTUGUESA AQUI PRESENTES E REAFIRMAMOS UMA VERDADE FUNDAMENTAL DA NOSSA LUTA: NÃO LUTAMOS CONTRA O POVO PORTUGUÊS, LUTAMOS CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS"

A. Cabral, Sessão de abertura da Conferência de Dar-Es-Salaam, 3/10/1965

N.B. - Para este número de D.I. utilizámos as seguintes fontes:

- A. TEIXEIRA DA MOTA, Guiné Portuguesa
- G. CHALIAND, Lutte armée en Afrique
- Comunicados do PAIGC - 1965 e 1966.

A CLANDESTINIDADE A QUE NOS OBRIGAM É PARA NÓS UM RISCO COMO É TAMBÉM UMA HONRA; MAS É SOBRETUDO UMA EXIGÊNCIA CONSTANTE DE TRABALHO ESCRUPULOSO E DE HONESTIDADE

